

campanha reafirma unidade do rio são francisco

Ao resgatar o papel do Rio São Francisco como elemento unificador de distintos processos históricos, universos culturais e regiões naturais, a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial reafirma exatamente a unidade e a indivisibilidade do rio.

Márcio Santos
Consultor técnico da Alemg





Márcio Santos

Menino trabalhador em casa de farinha em Juá – Paulo Afonso



Márcio Santos

Ponte sobre o Rio São Francisco – Três Marias

Expedição Engenheiro Halfeld

Em junho de 2001, foi lançada em Pirapora (MG) a campanha para se declarar patrimônio mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os bens culturais e naturais existentes ao longo e no entorno do Rio São Francisco. A proposta, que se tem fortalecido expressivamente a partir daquela data, conta com a adesão e o envolvimento de setores significativos do poder público, do empresariado e da sociedade civil brasileira. O seu alicerce fundamental é o reconhecimento da importância do rio na história, na cultura e no meio ambiente do interior do País.

A Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial é realizada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e executada pela Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (Federaminas), contando com o apoio de diversas instituições públicas, entre elas, o Ibama, a Petrobras, o Sebrae, o Ministério da Integração Nacional e o Governo de Pernambuco.

A inscrição dos bens culturais e naturais do Rio São Francisco e do seu entorno como patrimônio cultural da humanidade acrescentará um item à Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. São hoje 730 bens inscritos na lista, sendo 563 de natureza cultural, 144 de cunho natural e 23 de natureza mista. Esses bens estão distribuídos em 125 países, entre os quais o Brasil, que tem 17 locais declarados patrimônio da humanidade.

O título é concedido pela organização internacional após longo processo de mobilização, levantamento e avaliação, em que se envolvem os mais diversos atores, incluindo-se as comunidades locais, os governos e técnicos nacionais e os avaliadores e demais instâncias de deliberação da própria Unesco. Além do grande significado simbólico, a declaração de patrimônio mundial acarreta, do ponto de vista objetivo, fortalecimento das condições de proteção do bem, facilitação do aporte de recursos financeiros, visibilidade internacional e incremento da visitação turística.

É possível que um fator conjuntural venha a conferir à campanha, no próximo ano, um vigoroso papel político. Provisoriamente abandonada no ano passado, a insensata idéia da transposição das águas do São Francisco para os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba ameaça voltar à tona com a instalação do próximo governo federal. Houve vagas declarações nesse sentido durante a campanha eleitoral, nas quais foi aventada a possibilidade de se reabilitar o projeto e torná-lo realidade.

Nesse contexto, a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial tornar-se-ia um poderoso escudo de defesa contra a transposição, pois seria uma aventura realizá-la em meio a um movimento coletivo que busca para o rio um título mundial. Ao resgatar o seu papel como elemento unificador de distintos processos históricos, universos culturais e regiões naturais, a campanha reafirma exatamente a unidade e a indivisibilidade do rio.

Uma das principais ações já desenvolvidas no bojo da campanha foi a Expedição Engenheiro Halfeld, que consistiu em duas viagens técnicas, nas quais foi percorrida, principalmente por via fluvial, toda a extensão do Rio São Francisco. A primeira etapa da expedição se deu em outubro e novembro de 2001, quando,

em 35 dias, a equipe de pesquisa viajou entre Pirapora (MG) e a foz do rio, localizada em Piaçabuçu (AL). Na segunda etapa, foi explorado o Alto São Francisco, em jornada fluvial e terrestre de 14 dias, ocorrida em junho e julho de 2002.

Os objetivos principais da expedição foram a pesquisa e a documentação dos bens de valor cultural e natural existentes ao longo do rio e no seu entorno e a mobilização das populações ribeirinhas em defesa das águas do São Francisco e do rico patrimônio presente nos núcleos urbanos por ele cortados. O material coletado constará de relatórios técnicos, que irão integrar dossiê a ser encaminhado à Unesco, em 2003, contendo o detalhamento e a justificativa da proposta.

O nome da expedição é uma homenagem ao engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, responsável pelo primeiro estudo técnico sobre o rio, elaborado, por solicitação do imperador d. Pedro II, a partir de viagem de pesquisa que o estudioso realizou pelo Médio e Baixo São Francisco entre 1852 e 1854. Dessa viagem resultou detalhada publicação, denominada Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio de S. Francisco, desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico.

Hoje, quase 150 anos depois da histórica viagem, equipes multidisciplinares, compostas de pesquisadores das áreas de história, cultura, patrimônio histórico e artístico e meio ambiente e de um grupo de comunicação e documentação visual que incluiu jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, refizeram o mesmo percurso do pesquisador europeu e a ele agregaram, na segunda etapa da pesquisa, o longo trecho do Alto São Francisco.

Sessenta e cinco núcleos urbanos, entre cidades, vilas e povoados, dos cinco estados banhados pelo rio foram visitados pelas equipes de pesquisa, computando-se, ao final, o registro de um vasto conjunto de bens históricos, artísticos, naturais, arqueológicos e culturais de natureza imaterial.

Além da pesquisa, a equipe da expedição encarregou-se da tarefa fundamental de contribuir para a mobilização das populações ribeirinhas em prol do rio. Milhares de cartilhas, adesivos e camisetas alusivos à campanha e à necessidade de preservação do São Francisco foram distribuídos durante as viagens. Palestras foram proferidas por membros da equipe em Iguatama (MG), Piumhi (MG), Abaeté (MG), Três Marias (MG), Pirapora (MG), Carinhanha (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Barra (BA), Juazeiro (BA) e Penedo (AL). Comitativas locais de estudantes, pesquisadores, agentes públicos, empresários e pessoas ligadas à cultura e ao meio ambiente receberam a expedição em diversas das cidades visitadas.

Durante a primeira viagem, poderoso sistema de comunicação via satélite permitiu o envio imediato de dados sobre cada local visitado para a central de comunicação estruturada em Belo Horizonte. Sofisticados recursos tecnológicos possibilitaram, nas duas etapas da expedição, plotar *in loco* cada ponto relevante para a pesquisa, constituindo um banco de dados dos bens pesquisados, que identifica inclusive as coordenadas geográficas de cada um deles, uma das exigências da Unesco para a análise do dossiê.

Em abril de 2002, o autor deste artigo apresentou, por solicitação do deputado Wanderley Ávila, os principais resultados da primeira etapa da pesquisa técnica, durante evento realizado em Maceió pela Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco (Cipe-São Francisco).



Márcio Santos

Jovem oleira no Candeal – Cônego Marinho



Márcio Santos

Edificação antiga em São Francisco

Patrimônio cultural

O patrimônio histórico e artístico existente nos núcleos urbanos e áreas rurais do entorno do Rio São Francisco apresenta grande diversidade quanto a estilo arquitetônico, época de construção, estado de conservação e proteção legal. As equipes de pesquisa documentaram desde obras erguidas sob a mais legítima inspiração barroca, como a Igreja de Nossa Senhora da Corrente, do século XVIII, em Penedo (AL), até prédios neoclássicos do final do século XIX e início do XX, como muitas das edificações encontradas em Iguatama (MG) e Barra (BA), ou neogóticos ainda mais recentes, como a Catedral do Sagrado Coração de Jesus, em Petrolina (PE). Acompanhando as grandes diferenças de formação histórica e de urbanização existentes entre as regiões ribeirinhas, o estilo arquitetônico das obras humanas também variou enormemente ao longo dos cinco séculos de colonização do vale do rio.

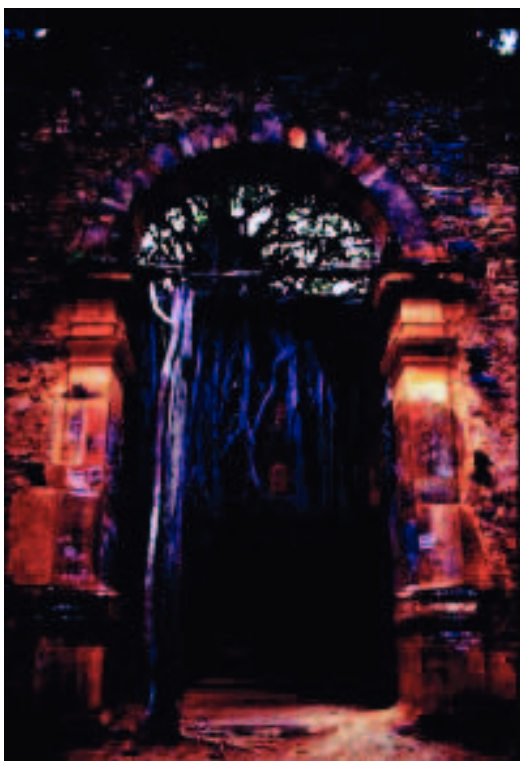
Quanto ao estado de conservação e à proteção legal, encontraram-se, da mesma forma, situações extremamente díspares entre si. Há cidades que se orgulham de possuir um conjunto de bens históricos e artísticos razoavelmente bem preservado, que, sem embargo, permanece completamente desprotegido do ponto de vista legal. Há outras que, por seu turno, tombaram ou inscreveram para tombamento os seus bens, mas os têm deixado abandonados à própria sorte. Exemplos do primeiro caso são as cidades de Barra (BA) e Paratinga (BA). Juazeiro (BA), por outro lado, constitui típica representante da segunda situação.

A pequena Iguatama (MG) é um caso interessante. Com apenas 8.269 habitantes, a cidade concentra, não obstante, o maior número de bens históricos e artísticos entre os municípios localizados no Alto São Francisco. Apesar de vários casos de destruição e degradação de bens importantes, o município tem-se preocupado em preservar o seu patrimônio histórico e artístico, o que motivou o tombamento municipal de sete edificações, um número relativamente alto para o porte da cidade e para a tendência da região.

Foram documentados, ao longo do rio, cerca de 200 bens culturais de natureza material, incluindo templos, museus, centros culturais, fortes, mercados, usinas, pontes, estações ferroviárias, ruas, ruelas, casas, estátuas, obeliscos e conjuntos urbanos, entre outros.

Cinco desses bens são tombados como patrimônio cultural pela União. Quatro deles encontram-se em Penedo (AL): as imponentes edificações representadas pelas Igrejas de Nossa Senhora da Corrente, de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e de Nossa Senhora dos Anjos e pelo Convento dos Franciscanos, além do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade, formado por um quadrilátero de 400 metros de comprimento, tendo um dos lados voltado para a margem do Rio São Francisco. O quinto bem está na cidade mineira de Matias Cardoso: é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, cuja construção remonta à segunda metade do século XVII.

Além dos sítios históricos, outra grande área de pesquisa foi o acervo arqueológico do entorno do rio. Foram documentados cinco sítios arqueológicos, localizados em Buritizeiro (MG), São Francisco (MG), Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG), Sobradinho (BA) e Canindé do São Francisco (SE). O Museu de Arqueologia de Xingó, também em Canindé do São Francisco, vem-se tornando referência na pesquisa da ocupação pré-colonial das margens do Baixo São Fran-



Márcio Santos

Igreja de Pedra – Guaicuí – Virgem da Lapa

cisco. No Alto São Francisco, o Núcleo Museológico da Reserva de Corumbá, em Arcos, é o centro responsável pela guarda de parte do acervo arqueológico encontrado na chamada Província Cárstica Arcos-Pains-Doresópolis.

A riqueza da cultura popular nas comunidades ribeirinhas foi também ponto de destaque no trabalho da equipe. Foram registradas manifestações culturais e simbólicas como o Memorial Manuelzão e a Festa de Manuelzão, em Três Marias (MG); a Cavallhada de Brejo do Amparo, em Januária (MG); a folia Reis do Boi, em Paratinga (BA); as romarias católicas, em Bom Jesus da Lapa (BA), além de artesanato, camancas, bandas de pifanos, cantos populares e festas. Esses eventos folclóricos e trabalhos artísticos constituem o chamado patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco, tema novo no campo da preservação do acervo cultural brasileiro e mundial.

No campo do patrimônio natural, foram visitadas reservas de grande valor, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, onde está a nascente do São Francisco; o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, que abrange um impressionante conjunto de grutas, cavernas e cursos d'água subterrâneos; as lagoas de peixes das margens dos Rios Pandeiros e Carinhanha; o Raso da Catarina, formado por uma grande reserva de caatinga ao sul de Paulo Afonso; o *canyon* do Baixo São Francisco, constituído por cerca de 60 quilômetros de paredões íngremes; a Área de Proteção Ambiental de Marituba do Peixe; e a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu, onde está a belíssima foz do rio.

Essas reservas constituem importantes áreas de preservação do patrimônio biótico, hídrico, geológico, paleontológico, arqueológico e paisagístico do Vale do São Francisco. A sua existência reflete, ainda, a enorme diversidade entre as regiões naturais cortadas pelo rio, nas quais se sucedem diferentes tipos de vegetação, relevo e clima.

No seu curso de 2.700 quilômetros, o São Francisco se desdobra em grandes trechos, cuja multiplicidade natural quase permite falar em vários rios num só. Ao sul de Pirapora (MG), na região do Alto São Francisco, o rio corta um território de topografia ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 600 a 1.600 metros. A vegetação é de florestas e cerrados, o índice pluviométrico é alto e a temperatura amena, caracterizando a região como tropical úmida. Entre Pirapora e Remanso (BA), por onde corre o Médio São Francisco, a topografia é de planícies e as altitudes variam entre 500 e 2.000 metros. A vegetação é de cerrado e caatinga, a precipitação é relativamente baixa e a temperatura apresenta valores médios, permitindo caracterizar a região como tropical semi-árida. No último grande trecho do rio, representado pelo Baixo São Francisco, que se estende de Remanso (BA) à foz, a topografia é ondulada e as altitudes relativamente menores, variando entre o nível do mar e 800 metros. A caatinga predomina na maior parte do território, aparecendo florestas na região costeira. A pluviosidade é baixa e a temperatura média anual alta, tornando a região tropical semi-úmida.

Durante as duas etapas da expedição, foi registrada a situação ambiental do rio e do seu entorno, cotejando-a, inclusive, com a realidade descrita pelos naturalistas e pesquisadores que o percorreram no passado. Verificou-se que as



Márcio Santos

Interior de gruta no Vale do Peruaçu

Patrimônio natural e degradação ambiental



Márcio Santos

Moradora da margem do Lago de Sobradinho

A preservação da vida aquática



Márcio Santos

Rio São Francisco na Usina Hidrelétrica de Sobradinho

condições encontradas no século XIX por homens como Richard Burton, Teodoro Sampaio e o próprio Henrique Halfeld foram extremamente modificadas ao longo dos dois séculos de intervenção humana que nos separam das suas viagens.

A construção das barragens para o represamento da água necessária ao funcionamento das usinas hidrelétricas de Três Marias, Paulo Afonso, Sobradinho, Xingó, Apolonio Sales e Luiz Gonzaga alterou profundamente as características físicas do curso do São Francisco.

Um dos seus efeitos ambientais mais significativos foi a brutal redução da vazão do rio. Esse fenômeno pode ser percebido, por exemplo, na zona da foz, onde a localidade de Cabeço, pertencente ao Município de Brejo Grande (SE), está ameaçada de desaparecimento em razão da invasão do leito do rio e das suas margens pelas águas do mar, que penetram pelos terrenos próximos e destroem as construções humanas. Com essa invasão, os cerca de cem moradores de Cabeço são obrigados a recuar paulatinamente em direção ao continente, reconstruindo os seus casebres de pau-a-pique e teto de palha em terrenos ainda não atingidos pelas águas marinhas.

No passado distante a situação foi inversa. O cronista Gabriel Soares de Sousa assim descreveu a pressão das águas do rio na foz, registrada por ele no século XVI: “Quem navega por esta costa conhece este rio quatro e cinco léguas ao mar por as aguagens, que dele saem furiosas e barrentas.”¹ Ou seja, há quatro séculos a força das águas do rio era tal que se podia reconhecê-las numa extensão de 30 quilômetros ao longo da costa marinha.

A destruição das matas ciliares e de outras matas protetoras, combinada com a redução da comenteza, provocada pela retenção das águas nas represas, é responsável pela aceleração do assoreamento. O fenômeno tem ocasionado, ao longo de décadas, a formação de coroas e ilhas no leito do rio, que são observáveis em diversos dos seus trechos. A falta de chuva agrava o problema, diminuindo o volume de água e expondo as áreas assoreadas.

As matas ciliares têm importante papel retentivo do terreno arenoso marginal do rio, dificultando o seu descimento para o leito. A “limpeza” das margens e das vizinhanças do curso d’água, para a instalação de lavouras, pastagens, hotéis pesqueiros e deques de pesca, contribui fortemente para o assoreamento.

Ainda que resguardadas as grandes diferenças existentes entre os diversos trechos do rio, a situação da vida aquática no São Francisco é extremamente negativa. A destruição das lagoas marginais, o lançamento de esgotos domésticos e industriais no rio, os despejos de garimpos e mineradoras, o uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas, a irrigação, o assoreamento, a pesca predatória, a introdução de espécies exóticas no ecossistema aquático e os efeitos das barragens das usinas hidrelétricas são causas marcantes de um estado de quase esgotamento do São Francisco no que diz respeito à ictiofauna.

As lagoas marginais do rio são um dos elementos mais importantes na preservação da vida aquática. É nelas que os peixes se reproduzem e crescem, migrando depois para o leito principal. Essas lagoas, embora protegidas legalmente em alguns trechos,² têm sido sistematicamente destruídas por fazendeiros para a instalação de lavouras e pastagens. O problema é especialmente

grave no Alto São Francisco, em razão da sua importância para o ecossistema do rio. No trecho está o que o biólogo Yoshimi Sato, chefe da Estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Três Marias, já chamou de “o nascedouro e o maior reduto de peixes do São Francisco e a região que mais contribui com águas para o rio”. Há registros de que das cerca de 80 lagoas marginais existentes, em 1982, no Município de Iguatama, cortado pelo Alto São Francisco, tenham restado atualmente menos de 20.

Outro dado alarmante é o de que a quase totalidade das cidades ribeirinhas despeja os seus esgotos domésticos diretamente no São Francisco. Seja por via de tubulações subterrâneas, seja através das lagoas de decantação, seja, enfim, deixando correr para o rio, a céu aberto, os dejetos domésticos, os núcleos urbanos ribeirinhos fazem do São Francisco o depósito privilegiado do seu esgoto. À poluição do rio pelos esgotos domésticos soma-se a poluição industrial, que se verifica principalmente no Alto São Francisco, onde são lançados rejeitos químicos resultantes da atividade de empresas mineradoras e de indústrias de transformação de metais.

A utilização generalizada das águas do São Francisco e dos seus afluentes para a irrigação agrícola é outro fator de diminuição do seu volume. Há mesmo casos de exaustão total das águas, como o registrado no Rio Salitre. Esse rio, que divide os Municípios de Sobradinho e Juazeiro (BA), encontrava-se completamente seco quando da visita da equipe da Expedição Engenheiro Halfeld, situação provocada pelos diversos projetos de irrigação instalados nas suas cabeceiras. A utilização descontrolada da irrigação agrícola contribui também para a poluição do rio, devolvendo para o seu leito o excesso de água aplicada, que arrasta consigo resíduos de fertilizantes, defensivos, herbicidas e outros elementos tóxicos.

Durante a viagem pelo Alto São Francisco, foi documentado o grave problema da destruição do sistema natural representado pela Província Cárstica de Arcos-Pains-Doresópolis, região de grande importância hídrica, biótica, paleontológica, arqueológica e paisagística. As cerca de 600 grutas e cavernas da região, das quais 320 já foram catalogadas ou cartografadas, são responsáveis pela recarga dos veios aquíferos que alimentam os afluentes e subafluentes do Rio São Francisco, além de abrigarem relevante patrimônio arqueológico e paleontológico. Esse complexo sistema tem sido sistematicamente destruído, ao longo das três últimas décadas, pela intensa exploração industrial dos calcários e dos dolomitos (cal, pó calcário e brita) que formam as grutas e cavernas da região.

A extração desses minerais, de grande aplicação em setores como a siderurgia, agricultura e construção civil, tem provocado a destruição irreversível das cavidades e dos paredões rochosos sob os quais eles se abrigam. A gravidade do problema gerou a intervenção, no primeiro semestre de 2002, do Ibama, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do Departamento Nacional de Produção Mineral, da Polícia Florestal e da Fundação Estadual do Meio Ambiente, que, numa ação conjunta, interditaram e multaram diversas das mineradoras que atuam na Província Cárstica.

Num ritmo ainda lento e hesitante, o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil têm despertado para as ameaças que pesam sobre o patrimônio



Márcio Santos

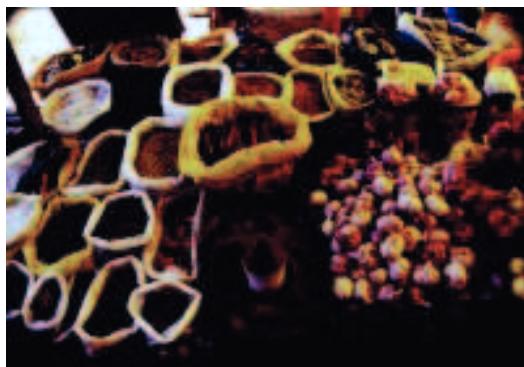
Meninos vendedores de brucacas no mercado de Barra

Ameaças ao patrimônio arqueológico e paleontológico



Márcio Santos

Aqueduto de Juazeiro



Márcio Santos

Banca de temperos na feira de Canindé do São Francisco

cultural e natural do São Francisco e dos núcleos urbanos são-franciscanos. Em várias das cidades visitadas pela equipe da expedição, foi constatada a preocupação do poder público municipal e da comunidade local com as condições ambientais do rio e do seu entorno. Projetos de repeixamento do leito principal e dos afluentes, reflorestamento das margens e aquícultura são desenvolvidos em vários trechos do São Francisco. Cursos de conscientização e capacitação ambiental, como o chamado “Anjos do São Francisco”, cuja primeira turma formou-se em junho de 2002, em São Roque de Minas, têm proliferado pelas cidades da Bacia Hidrográfica do São Francisco. No campo do patrimônio cultural, muitas das comunidades visitadas têm atentado para a importância de edificações, monumentos, obras de arte e manifestações culturais simbólicas e folclóricas distribuídas pelos municípios ribeirinhos. Às ações de proteção legal dos bens têm-se seguido, em alguns casos, os projetos de restauração e preservação desses acervos singulares, que denotam o papel do rio como eixo histórico-cultural do interior do País.

No campo da atuação legislativa, merece menção o conjunto de leis do Estado de Minas Gerais que buscam a proteção do rio, dos seus afluentes e do acervo cultural das cidades são-franciscanas. São especialmente importantes as Leis nºs 9.375, de 1986, que protege as veredas do rio; 10.629, de 1992, que o transforma em rio de preservação permanente (com alteração importante dada pela 12.016, de 1995); 11.943, de 1995, que protege as lagoas marginais do rio e dos seus afluentes; e 14.007, de 2001, que transforma o trecho mineiro do São Francisco em patrimônio cultural, paisagístico e turístico do Estado. O Estado da Bahia, por seu turno, declarou, na sua Constituição, patrimônio estadual os vales e as veredas dos afluentes da margem esquerda do rio, tornando-se, assim, o único entre os estados banhados pelo São Francisco a protegê-lo constitucionalmente de forma direta.

No âmbito da fiscalização, foi pioneira a iniciativa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ao criar a Promotoria do Rio São Francisco, para a qual foram designados cinco promotores de Justiça, que têm como função adotar medidas administrativas e judiciais para melhorar a quantidade e a qualidade das águas da bacia, atuando em conjunto com os promotores de Justiça das comarcas que a integram.

Muito há por ser feito. A salvação do Rio São Francisco, a valorização do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica são tarefas de governos, empresas, instituições públicas e da sociedade civil organizada, principalmente, de cada cidadão brasileiro. Todos podem contribuir para reverter o estado de degradação que ensejou o assustador prognóstico traçado pelo nonagenário benzedor Minervino Pereira da Silva, de Ibiaí, durante entrevista concedida para a equipe da expedição: “a cama dos peixes vai se tornar a cama dos bois”. Evitar esse futuro sombrio é o objetivo maior da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial e das ações por ela provocadas.



Márcio Santos

Barcas no cais de Matias Cardoso

Notas

- 1 Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Editora Nacional, 1938, p. 37
- 2 A Lei nº 11.943, de 1995, do Estado de Minas Gerais, declara áreas de proteção ambiental as lagoas marginais do Rio São Francisco e de seus afluentes.